

O Clube do Livro e a Saúde Mental: diálogos extemporâneos

RESUMO

Neste artigo temos como objetivo apresentar algumas reflexões advindas das atividades do Clube do Livro, em especial no que tange a saúde mental na sociedade ocidental contemporânea. Percorreremos brevemente pela história da loucura, dando ênfase na emergência da lógica manicomial. Por fim tecemos considerações pertinentes à política de saúde mental em curso e como ela pode reificar modos pouco saudáveis de estar e ser na sociedade.

Palavras-chave: Saúde Mental, Psicologia, Clube do Livro, Luta antimanicomial.

*A leitura abre as janelas do entendimento
E desperta do sono a sabedoria.*

Rafael Mendes de Oliveira

Introdução

O curso de Psicologia do Centro Universo Belo Horizonte apresenta como atividade extensionista o Clube do Livro. Um espaço pensado para a construção do conhecimento de forma interativa, dinâmica e criativa por meio da leitura conjunta de obras que permeiam o campo da Psicologia e contribuem para o desenvolvimento reflexivo de estudantes, permitindo compartilhar percepções e aprendizados sobre a obra em foco utilizando como facilitador o formato roda de conversa.

A obra *Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil* da autora Daniela Arbex foi articulada em um encontro do Clube do mês de março de 2021 e fomentou temas e discussões sobre a reforma psiquiátrica no Brasil. A obra agrupa relatos de pessoas que passaram pelo Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais, incluindo pacientes, familiares de pacientes, funcionários ou outras pessoas que tiveram contato com os horrores vivenciados e presenciados no local que ficou conhecido como o Colônia.

Neste artigo temos como objetivo apresentar algumas reflexões advindas das atividades do Clube do Livro, em especial no que tange a saúde mental na

sociedade ocidental contemporânea. Percorreremos brevemente pela história da loucura, dando ênfase na emergência da lógica manicomial. Isso possibilitará compreendermos o contexto da obra de Daniela Arbex, cuja resenha auxiliará no entendimento das implicações para o sofrimento psíquico na contemporaneidade.

Loucura na História

Em uma breve perspectiva histórica, na Antiguidade, associava-se a loucura com o divino, os loucos eram considerados mensageiros religiosos (Farinha e Braga, 2018 *apud* Serrano, 1986). Já na Idade Média, assimilava-se a loucura com os espíritos malignos, ou seja, o diferente era vinculado ao sobrenatural, já não mais como algo divino e sim como espíritos malignos, demônios, etc. Inicia-se então o movimento de exclusão social com a separação e o isolamento permanente daqueles considerados doentes dos considerados sãos (Farinha e Braga, 2018 *apud* Foucault, 2014). Na Idade Moderna, o médico Philippe Pinel reorganiza os asilos identificando que os loucos precisam de tratamento médico. Este ato inaugura a psiquiatria clássica, instaurando um conceito livre de correntes e punições (Farinha e Braga, 2018 *apud* Foucault, 2014; Basaglia, 2001).

No contexto brasileiro, a reforma psiquiátrica iniciou-se no final da década de 1970 em um cenário de movimentos populares que reivindicavam o fim da Ditadura Militar e teve grande influência das movimentações italianas encabeçadas pelo médico e psiquiatra italiano Franco Basaglia, que acreditava em um sistema de tratamento humanizado (Farinha e Braga, 2018 *apud* Waidman & Elsen, 2006). Um dos grandes feitos do médico foi a criação da lei antimanicomial 180 na Itália, aprovada no dia 13 de maio de 1978, que determinava principalmente a extinção progressiva dos manicômios em todo o território nacional e a reinserção social do louco na sociedade. (Farinha e Braga, 2018 *apud* Basaglia, 2010).

Esse breve resgate histórico serve para possibilitar algumas reflexões acerca dos modos de governo do louco ao longo do tempo. De enviado celestial a excluído social, o corpo em sofrimento psíquico está presente em todas as sociedades do Ocidente e joga com as representações do coletivo sobre como explicar alguém “fora do eixo”. E justamente no tratamento de loucos é que a obra de Daniela Arbex se apoia para registrar o que chamou de Holocausto Brasileiro.

Holocausto Brasileiro: uma narrativa de muitas

“A literatura é um dos caminhos para o reencontro com nossa humanidade”

Daniela Arbex

Holocausto Brasileiro é uma obra da jornalista mineira Daniela Arbex, que denuncia o genocídio sistemático no Hospital Colônia de Barbacena. Holocausto pela morte física ou social de paciente inseridos no *modus operandi* de um campo de concentração nazista considerando que a doença mental era utilizada como prerrogativa para exclusão, para violência, para tratamento subumano. Trata-se de um livro de jornalístico investigativo, premiado, que foi lançado em 2013 e em 2019 encontra-se em sua 20ª edição pela Editora Intrínseca. Daniela Arbex teve contato com o livro *Colônia, uma tragédia silenciosa* publicado em 2008 por Jairo Toledo e, impactada, relata que durante dois anos investiu em encontrar os(as) sobreviventes e entrevistá-los(as), sendo para muitos(as) a primeira vez que foram escutados(as). O livro pretende manter vivas as memórias. Inova ao trazer as histórias de vida. São 277 páginas em 14 capítulos composta pelas narrativas, entrevistas e fotos.

O prefácio assinado Eliana Brum, “Os loucos somos nós”, delimita o objetivo do livro – fazer coro na luta contra o esquecimento frente à crueldade planejada dos hospícios. No capítulo “O pavilhão Afonso Pena” apresenta o Hospital Colônia de Barbacena criado em 1903: os pavilhões; a intimidade padronizada, violada e despida da própria identidade; a escassez de profissionais de saúde; a rotina de uma assistência precária em que milhares de pessoas morreram invisíveis seja de frio, de fome, de doença, de choque. Muitos sem diagnóstico. Interesses políticos e econômicos sustentaram alínguas desumanidades. Havia o “trem de doido”, ônibus, viaturas policiais e familiares que despachavam os(as) deserdados(as) sociais no Colônia em Barbacena. A superlotação era uma realidade, com registros de 5 mil pacientes onde projetado para 200. O capítulo “Na roda da loucura” a denúncia continua, deparava-se no Colônia com uma massa humana com ausência de direitos: falta de alimentação, de local para dormir, de vestimenta adequada. Pessoas com três, quatro, cinco décadas de internação vivenciando sofrimento e violações. Com a Reforma Psiquiátrica e a assistência na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os sobreviventes ao holocausto iniciaram o processo de resgate de sua cidadania.

No capítulo “O único homem que amou o Colônia” aborda a história de Luiz Felipe Cisalpino Carneiro que cresceu aos arredores do hospício. Filho e neto de profissionais do Colônia, Luiz percebeu que descabidas as histórias de periculosidade dos internos, pois não o despertavam medo e estranhava o tratamento que recebiam. Arbex narra sobre o Cemitério da Paz construído junto com o Hospital Colônia, na área da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) e “A venda de cadáveres”. O testemunho do professor Ivanzir Vieira que deparou com dezenas de cadáveres egressos do manicômio na faculdade revela que as mortes davam lucro. O livro afirma que 1823 corpos do Colônia foram vendidos para 17 faculdades de Medicina entre 1969 e 1980, sem autorização de familiares. Após os corpos deixarem de ser interessantes para as faculdades, decompunham os corpos em ácido e comercializavam as ossadas.

“Os meninos de Oliveira” conta que o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, criado em 1924, no município de Oliveira, passou a atender, no ano de 1946, crianças com qualquer deficiência física e mental, tornando-se um depósito de humanos rejeitados pelas famílias. Cenário de violências, estupro e ausência de proteção. Quando foi fechado, em 1976, 33 crianças foram para o Colônia permanecendo sem acesso a tratamento e cuidados – onde desumanização e morte eram rotina. “A mãe dos meninos de Barbacena” é considerada simbolicamente Mercês Hatem Osório, coordenadora do Lar Abrigado, onde reside quatro dos seis sobreviventes de Oliveira. A coordenação teve experiência de trabalho em cooperativa ligadas a Franco Basaglia, na Itália, e lutou para que os sobreviventes ao holocausto conquistassem o direito à casa: aprender a usar o banheiro, a alimentar sozinho, a dormir na cama, a usar roupas e sapatos, a conhecer e respeitar cada individualidade e estar inserido na convivência comunitária.

“A filha da menina de Oliveira” é um capítulo que contempla a triste história de Débora Aparecida Soares, que foi retirada de sua mãe Sueli Aparecida Resende. Ao desbravar sua história, Débora descobriu-se adotada e sua mãe, interna no Colônia, tentou protegê-la. Durante a vida inteira buscou o reencontro - crises registradas em prontuário próximo aos aniversários de sua filha e faleceu chamando por ela. Essa violência como tantas outras não são exemplos isolados, mas que se repetiram em várias vidas: Arbex relata que pelo menos 30 bebês foram retirados de sua mãe, mais um registro da loucura dos normais.

“Sobrevivendo ao Holocausto” conta outra história de separação, entre Donana e seu filho Luizinho. Ela foi convencida de que ele sofria de doença mental apenas porque ele era tímido. Foi institucionalizado sem diagnóstico de loucura, experimentou covardia e escravidão. Somente após quase 60 anos conseguiu ter um encontro com sua irmã, quando sua mãe já havia falecido. As narrativas evidenciam o perfil da maioria dos(as) depositados(as) nos manicômios estaduais: pessoas pobres, logo qualquer diagnóstico ou descaso se justificaria na lógica ali compartilhada.

A despeito de toda violência escancarada na obra pela lógica manicomial, há registro de relações de amor, cuidado e amizades que resistiam e se reinventaram. A exemplo, o casamento de Adelino e Nilta em 2005 – acontecimento após anos de institucionalização e do reducionismo a um diagnóstico. Nesse movimento, o capítulo “Encontro, desencontro, reencontro” conta sobre Geralda Siqueira Santiago Pereira, órfã, explorada em trabalho infantil aos onze anos, foi estuprada por seu patrão, engravidou e foi institucionalizada, ainda assim, recebeu eletrochoque e deu à luz a João Bosco Siqueira, no pavilhão Zoroastro do Colônia. Devido a sanidade, Geralda cuidava dos filhos das pacientes no berçário, amamentou seu filho até os seis meses, com dois anos ele foi retirado do Colônia. Geralda tinha medo e tentava reencontrar o filho. João Bosco viveu no Patronato e na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), também não sem violências. Integrou a banda da Febem, passou no concurso e tornou-se chefe da banda do Corpo de Bombeiros. O reencontro entre o filho e mãe ocorreu em 2011, promovido pelo Corpo de Bombeiros, após mais de 40 anos de separação.

“A história por trás da história” detalha a memória de Luiz Alfredo, cujos registros motivaram o livro de Arbex. O fotógrafo esteve no Colônia em 1961 e sua câmera captou o horror: não da loucura, mas das condições subumanas, ao modelo dos campos de concentração nazistas, impostas as pessoas que nomeava cuidar. Os(as) internos(as) eram tratados(as) como trapos humanos, abandonados(as), deixados(as) ali para morrer. Publicou cinco páginas na revista “O Cruzeiro”: “Hospício de Barbacena: sucursal do inferno”. Gerou comoção que logo caiu no esquecimento e as fotos compuseram o livro “Colônia” publicado em 2008.

“Turismo com Foucault” aborda as visitas do filósofo francês ao Brasil na década 1960 e 1970, bem como a efervescência desse período. A indignação de Ronaldo Simões Coelho, chefe do serviço de saúde mental do Estado de Minas

Gerais, com a desconsideração aos loucos fortaleceu após ciceronear Foucault em 1973. Sentimento virou desejo de mudança contra as atrocidades realizadas no Colônia: escassez de psiquiatra, de alimentação, roupas, higiene e esperança – institucionalização cruel e desumana. A denúncia no III Congresso Mineiro de Psiquiatria resultou em sua demissão. Francisco Paes Barreto também manifestou revolta e indignação contra a desumanidade e banalização da violência no Colônia, realizou denúncia pública e, como retaliação, respondeu um processo junto ao Conselho Regional de Medicina que posteriormente foi arquivado. Em 1979 ocorreu também a vinda de Franco Basaglia. O pioneiro na luta antimanicomial italiana que inspirou o Brasil nomeou o Colônia como um campo de concentração nazista. Manifestação que repercutiu no Brasil e internacionalmente. Antônio Soares Simone que o acompanhou teve a cassação do seu diploma cogitada por delatar a fábrica de cadáveres. Em um momento de intenso debate a respeito das condições dos manicômios em virtude da visita de Basaglia, Hiram Firmino conseguiu autorização para entrar no Colônia e visitar os 16 pavilhões, fez entrevistas, constatou falta de diagnóstico, a lucidez de alguns(mas) internos(as) rotulados(as), a alienação de outros(as) institucionalizados(as) e o desejo de voltar a sociedade, a família e a liberdade. Foi autor das reportagens “Os porões da loucura”, publicado em 1979, no Estado de Minas despertando na sociedade a necessidade de mobilização, pois o Colônia não devia existir, evidenciando a finalidade política, a desumanidade. A reforma psiquiátrica ganhou força do Brasil a partir da década 1980, com projeto de reestruturação da assistência, começaram a abrir os porões da loucura. Helvécio Ratton conheceu o Colônia em 1979 quando o movimento antimanicomial crescia, viabilizou um filme sobre a loucura “Em nome da razão”, de 25 minutos, para tocar as pessoas e causar indignação diante de todo sofrimento vivenciado no hospital psiquiátrico como depósito de lixo humano.

Nesse cenário de luta antimanicomial, há “A luta entre o velho e o novo”, entre o tratamento em liberdade e a institucionalização. O movimento das Diretas Já, a eleição do deputado Paulo Delgado, a apresentação no Congresso Nacional em 1989 o Projeto de Lei 3.657 com proposta de regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e propondo o tratamento em liberdade. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 1990, aproveitando um cenário fértil nos movimentos sociais, apesar de haver também resistência por parte dos médicos.

Somente em 2001 com muitas manobras o projeto foi aprovado e a Lei 10.216 foi sancionada.

A lei movimentou a reestruturação do setor, com críticas devido à ausência dos mecanismos para extinção dos manicômios. Houve ataques à lei, mas também resistência por denunciar um modelo asilar em que os(as) doentes mentais são prisioneiros(as), são escravizados(as), gera enorme sofrimento e também lucro. A reforma psiquiátrica também precisa se renovar, superar o biologicismo, afinal a doença é normal da vida. Contudo, até 2010 o número de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e de Serviços Residenciais Terapêuticos ainda era insuficiente.

Extrapolando a obra, “História da loucura” referência clássica, tese de Foucault (1962) realiza uma arqueologia da loucura na sociedade e denuncia as relações de poder, a lógica disciplinar e a animalidade nos manicômios. Animalidade presente no Hospital Colônia de Barbacena até 1980, conforme Arbex. A luta entre o velho e o novo é atual quando discutimos o financiamento da política de saúde mental e o direcionamento de recursos para as comunidades terapêuticas, uma vez que a Lei 10.216, no Artigo 3º, prevê que a internação em instituições com características asilares é vedada devendo assegurar os direitos dispostos no Artigo 2º: ter acesso ao melhor tratamento; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. A previsão legal não é suficiente para mudar e desinstitucionalizar, os relatórios de Inspeção Nacional em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas evidenciam que a luta continua.

“Tributo às vítimas” aborda a gestão de covardia e morte realizada no hospital, possibilitando que os pacientes adquirissem novas patologias na internação como tortura, leitos no chão, frio, trancas, abandono, escassez de funcionários, ausência de medidas sanitárias e cronificação de cuidados. Com conquistas gradativas em 1986, ocorreu a implantação de cinco casas de acolhimento, embrião das residências terapêuticas, depois mais 28 para que os pacientes com melhor nível de independência retornassem ao convívio social. Em 1995 o projeto “Memória Viva” propôs criar um museu sobre a loucura que foi inaugurado em 1996 como

resistência ao esquecimento, tendo uma dimensão educativa e de tributo a dezenas de milhares de vítimas do Colônia.

“A herança do Colônia” conta sobre como Marlene Laureano desobedecia às regras na tentativa de tentar fazer a diferença: levando leite às crianças do Colônia, ajudando Izabel Teixeira que havia sido internada sem doença mental pelo marido devido a uma briga por herança. Ainda assim, a profissional relata impactos do período que atuou no hospital. Arbex afirma que, no Colônia, aproximadamente 60 mil brasileiros(as) foram vítimas. Essa tragédia de violência brutal e medicalização da vida infelizmente não foi ainda superada, a lógica ecoa e replica ainda que camuflado.

A obra aqui focalizada proporciona reflexões acerca dos caminhos pelos quais a saúde mental tem percorrido recentemente. A lógica do Colônia permaneceu no século passado? Quais outros paradigmas são construídos para este século? O que temos e o que podemos no que tange ao cuidado às pessoas com sofrimento mental?

Saúde mental hoje

O livro de Arbex expõe o que a Reforma Psiquiátrica Brasileira buscou desconstruir enquanto projeto de sociedade e de saúde. O processo de redemocratização e os anos iniciais do Século XXI foram cenário para a efervescência de movimentos antimanicomiais, assim como de acolhimento de propostas contra hegemônicas para uma política nacional de saúde mental.

De louco para usuário, de internação para desinstitucionalização, de médico para rede de atenção psicossocial (RAPS), a mudança lexical foi aos poucos tomando forma em documentos oficiais. A caminhada política da saúde mental se encaminhava para a obsolescência de leitos psiquiátricos hospitalares, para a estatização das ações e serviços de saúde mental e para a proteção da autonomia e liberdade de quem outrora (NUNES et al., 2019). A lei n. 10.216, que dispôs sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redirecionou o modelo assistencial em saúde mental, aparece como um marco definidor da mudança de trajetória desse campo.

De sua instituição até meados da década de 2010, a RAPS cresceu de modo acelerado, a fim de atender a toda essa demanda por serviços que respeitassem o sujeito das políticas de saúde mental. Assim, foram criados Centros da Atenção

Psicossocial em todo o país, houve a construção de Serviços Residenciais Terapêuticos e a execução de programas de transferência de renda direta para auxiliar os beneficiários que passaram por longas internações em seu processo de desinstitucionalização (NUNES et al., 2019).

Porém, a crise democrática de 2016, aliada aos tensionamentos de determinados setores econômicos e das rupturas internas à Reforma Psiquiátrica, levaram a uma “nova” política de saúde mental, em 2017, buscando (re)centralizar o modelo biomedicalizante e corporativista da indústria da loucura (MARTINS; ASSIS; BOLSONI, 2019). O estabelecimento de pontos da rede voltados para a lógica manicomial ou asilar, como Unidade de Referência Especializada em Hospital Geral, Hospital Psiquiátrico Especializado e Hospital dia, a preponderância de Comunidades Terapêuticas em vez de projetos terapêuticos baseados na redução de danos e a possibilidade de internação hospitalar de crianças e adolescentes (BRASIL, 2017) são materializações desse museu de grandes novidades que se tornou a política de saúde mental.

A esse cenário tem sido dado o nome de Contrarreforma psiquiátrica, cujas bases estão em três aspectos:

- 1) as atuais mudanças impostas nas linhas de base da política nacional de saúde mental não respeitaram o fluxo histórico construído a partir do controle social, seja pelas conferências nacionais de saúde mental, seja pelos conselhos de saúde (...);
- 2) a partir de 2017, a supostamente nova política de saúde mental introduz o hospital psiquiátrico, não mencionado como parte da RAPS na portaria 3.088/201133, como serviço reconhecido, contrariando o acúmulo histórico das reformas sanitária e psiquiátrica (...);
- 3) o MS [Ministério da Saúde], em articulação intersetorial com outros Ministérios (Justiça, Desenvolvimento Social), cria linhas de financiamento para custear serviços privados, como as chamadas “comunidades terapêuticas” (CT), que no Brasil se destinam às pessoas que usam drogas (NUNES et al., 2019, p. 4496).

Logo, o estado atual, revela desafios para a promoção de direitos.

Algumas considerações finais

A falta de acesso à tratamentos e cuidados, o desrespeito aos direitos e a cidadania dos usuários, como também o uso da instituição manicomial para silenciamento e exclusão das pessoas consideradas indesejáveis na sociedade é abordada no livro por meio de imagens e histórias de vida. Denúncia as atrocidades

do manicômio e as tentativas de resistência tem como contorno a vida de Geralda, Sueli Aparecida Resende, Roseli Cordeiro, Antônio da Silva, Maria de Jesus, Sônia Maria da Costa, Conceição Machado, Célia Maria da Conceição, Luiz Pereira de Melo, Adelino Ferreira Rodrigues, Nilta Pires Chaves, Geralda Siqueira Santiago Pereira, Flor de Liz. Pacientes com três, quatro décadas de internação. Internados quando crianças: Elza Maria do Carmo, Silvio Savat, Roberto, Maria Cláudia Geijo, José Machado, Maria Cibele Aquino, Antônio Martins Ramos, Wellington Albijo, Wanda Lúcia, Manuel Nascimento. História de pessoas que vivenciaram 50, 57 anos de internação vivenciando o holocausto. Alguns nomes dentre vários são citados na obra. Pessoas que tiveram sua liberdade retirada, viveram mortes e crimes contra a humanidade, foram vítimas da omissão coletiva e das relações de poder nos hospitais psiquiátricos. Familiares como Débora Aparecida Soares, Donana, Lilia, João Bosco Siqueira, José Carlos Almeida foram assombrados pelo manicômio diretamente, separados(as) de quem amava. Alguns profissionais eram braços da institucionalização, outros como Ronaldo Simões Coelho, Luiz Alfredo Ferreira, Helvécio Raton, Valkiria Monteiro, Geraldo Magela Franco, Francisca Moreira dos Reis, Maria José Moreira, Hiram Firmino, Maria Auxiliadora de Lima, Mercês Hatem Osório, Michel Foucault, Franco Basaglia, Francisco Paes Barreto, Antônio Soares Simone e Jairo Toledo sentiram o cheiro, viram a cor, ouviram o som e presentificaram o sofrimento, a violação de direitos, seres humanos descuidados meio a esgotos, ratos, cadáveres. Outros profissionais ainda acompanharam a criação de serviços substitutivos como Maria da Assunção Passos Simões Costa e Tânia.

Cada história traz indignação como também força para lutar. O cuidado nos serviços substitutivos possibilita esperança, as pessoas terem sua individualidade, sua cidadania, sua liberdade, o acesso à cuidados, e o direito a realizar suas escolhas.

“Holocausto Brasileiro” é uma leitura acessível, instigante, uma obra forte e viva, no qual os atores ganham nome, sobrenome e a exclusão é contextualizada. Contribui para memória coletiva, e junto a outras produções no campo da luta antimanicomial, configura-se como um analisador da nossa sociedade: lembrando que apesar dos avanços, o holocausto ainda não acabou. O hospício e toda lógica manicomial desumanizam, são higienistas e adoecedoras. A obra possibilitar maior alcance do rompimento ao silêncio de desumanidades institucionalizadas e

naturalizadas. Uma leitura atenta gera impactos, suscita sentimentos diante da barbárie, indignação ao horror do holocausto que continua, de certo modo, nos hospitais psiquiátricos e fora deles, de massacre aos indesejáveis socialmente. Sentimento que vira compromisso de não sermos cúmplices de desumanidades e um convite a criarmos, inventarmos um cuidado potente e lutarmos pela lógica antimanicomial, o acolhimento a diversidade humana, o tratamento em liberdade, o acesso a cidadania.

Diante do exposto, é possível refletir que o maior problema ainda é a “dificuldade de aceitação da dificuldade do outro. A reforma psiquiátrica é de certa forma, a abolição da escravidão do doente mental, seu fim como mercadoria de lucro dos hospitais fechados, da exploração do sofrimento humano com objetivos mercadológicos” (Arbex, 2019, p. 240)

Referências

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil , 1º edição, Editora: Intrínseca Ltda, 2019.

BRASIL. **Portaria n. 3.358**, 21 dez. 2017. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html>.

Acesso em: 28 ago. 2021

FARINHAI, Marciana Gonçalves e BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães. Sistema único de saúde e a reforma psiquiátrica: desafios e perspectivas, Rev. abordagem gestalt. vol.24 n° 3 Goiânia dset./ez. 2018

MARTINS, M. E. R.; ASSIS, F. B.; BOLSONI, C. C. Ressuscitando a indústria da loucura?! **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 16 set. 2019.

NUNES, M. DE O. et al. Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4489–4498, 25 nov. 2019.